

Índice

Perante as notícias falsas, formação nas aulas	1
A falta de conciliação é mau negócio	2
Masculinidade não tóxica	3
“Erótica y materna”	4

Perante as notícias falsas, formação nas aulas

A França tem resistido às notícias falsas e à desinformação. As batalhas desenrolam-se nas frentes política, legislativa, cultural e educativa. Na sociedade civil, os profissionais da informação propõem iniciativas. Com bom senso. Um exemplo é a associação Entre Les Lignes (Entre linhas), liderada por Sandra Laffont, jornalista da veterana agência France-Presse.

A estratégia francesa é “bastante singular” e “absolutamente notável”, [explica](#) ao “The New York Times” (13.12.2018) Renee Hobbs, professora da Universidade de Rhode Island e especialista em alfabetização mediática. Como conseguiu a França coordenar esforços para criar um programa de educação nacional?

A ideia de Laffont e dos seus colegas cresceu num terreno bem preparado. Nos anos 70, já haviam sido estabelecidas as bases do [CLEMI](#) (Centre pour l'éducation aux médias et à l'information), um organismo que depende do Ministério da Educação. Dirigido por um jornalista e com a orientação de profissionais da educação, proporciona recursos aos professores e organiza concursos de jornalismo nas escolas.

Em 2015, no governo do tempo da presidência de François Hollande, a França começou a subsidiar cursos sobre informação, verdade e Internet. Hoje, com um orçamento de 6 milhões de euros, financia disciplinas de opção no ensino secundário. Outra amostra do interesse do governo por dar formação aos seus cidadãos é o requisito que devem cumprir

os destinatários de ajudas sociais nalguns casos, como acreditar a boa utilização da Internet.

Nesse contexto, que valor proporciona Entre Les Lignes? Fundada em 2010, esta organização é constituída por jornalistas que oferecem de forma voluntária oficinas para jovens, assim como apoio a educadores. Em 2016, começou a receber colaboradores da agência France-Presse e ligou-se ao CLEMI. Um ano mais tarde, juntou-se à iniciativa o comité editorial do “Le Monde”, e começaram a receber importantes ajudas governamentais. Neste aspeto reside talvez o mais surpreendente: que o governo assumisse os objetivos de uma organização da sociedade civil. E que objetivos...

O propósito fundamental da Entre Les Lignes é promover o pensamento crítico entre os jovens. “Não se trata de fazer com que os nossos estudantes sejam potenciais jornalistas – lê-se na [sua web](#) –, mas cidadãos esclarecidos, capazes de classificar a informação e as imagens que recebem diariamente, de duvidar da fonte de uma publicação, de entender o conteúdo”.

Também se preocupam em falar do necessário pluralismo na imprensa, assim como das teorias da conspiração. Nas palavras de Laffont, não fizeram mais do que dar lugar a um movimento que surgiu nas redações: “Mais do que nunca, os jornalistas estão dispostos a transmitir os seus valores de liberdade de imprensa e liberdade de expressão, e recuperar a confiança dos jovens”.

Na União Europeia (UE), existe consciência da importância de dotar os jovens de ferramentas para compreender a atualidade e atuar com responsabilidade nas redes sociais. E, na verdade, não faltam iniciativas mais ou menos ambiciosas.

Num [relatório de 2016](#), o Observatório Audiovisual Europeu identificou 547 projetos em toda a UE relacionados com a alfabetização mediática.

No [ano passado](#), um grupo de especialistas convocado pela Comissão Europeia para investigar as notícias falsas propôs fomentar a educação dos cidadãos. E recomendou que se integre esta formação nos planos de estudo e nas avaliações que determinam os *rankings* escolares, especialmente o PISA. Isto já são grandes palavras, mas de momento não são normativas.

B. H. V.

A falta de conciliação é mau negócio

Quando se menciona a conciliação de trabalho e família, costuma-se pensar nos pais com filhos pequenos. Mas os cuidados com parentes idosos ou doentes constituem uma parte cada vez maior do problema, e muito menos tida em conta. As empresas que não prestam atenção a essas cargas dos seus empregados ou não os ajudam a geri-las, trabalham para o seu próprio prejuízo, advertem dois professores de Harvard, Joseph B. Fuller e Manjari Raman [no estudo](#) “The Caring Company”, recentemente publicado, que se baseia em inquéritos a empresários e assalariados.

Nos Estados Unidos, dizem, quase três em cada quatro empregados têm responsabilidades nos cuidados para com familiares. O comum é colocar o foco no nascimento e nos primeiros anos dos filhos. Na Europa, há generosas licenças de maternidade e paternidade, e a União Europeia quer ampliar o mínimo obrigatório para todos os Estados membros em quatro meses no total para pai e mãe, dois deles intransferíveis e remunerados. O projeto de diretiva situa-se abaixo do previsto por lei em vários países, mas constituirá uma melhoria noutros 15.

Nos Estados Unidos, não há prestações semelhantes por lei, embora cada vez mais empresas as ofereçam. No entanto, em relação às crescentes necessidades de pais ou de outros familiares idosos ou doentes, a vantagem europeia não é tão clara. Como salientava [um relatório da OCDE](#) há alguns anos, na Europa, as medidas mais frequentes são as saídas temporárias ou licenças, em geral não obrigatórias para as empresas, sendo limitadas aos casos mais urgentes, e não remuneradas. Outras soluções como horários flexíveis ou reduções da jornada de trabalho mal são contempladas, embora o projeto da UE preveja implantar o direito a obtê-las para os empregados com filhos menores de oito anos ou familiares dependentes. Mas as licenças para cuidar de

pessoas idosas ou doentes (pelo menos cinco dias, segundo a futura diretiva) são muito menos usadas do que as parentais. Nos EUA, passa-se o mesmo.

O estudo de Fuller e Raman constata que, dos trabalhadores norte-americanos com familiares a cuidar, quase um terço teve de abandonar um emprego que tinha. O motivo mais citado no inquérito, com uma grande diferença, é a necessidade de atender filhos pequenos. Mas cuidar de um idoso ou de um parente enfermo ou deficiente surge em 58 % das respostas.

As frequências das várias respostas somam mais de 100 %, pois as renúncias a um emprego podem-se repetir e muitos inquiridos são da “geração *sandwich*”: têm de cuidar simultaneamente dos filhos e dos pais. Concretamente, 4 em cada 10 cuidadores estão nessa situação. O envelhecimento da população assegura que o fenómeno se vai estender.

Estas cargas afetam mais os empregados de 26 a 35 anos, os melhor pagos e de categoria superior, e as mulheres, que assumem uma parte desproporcionada dos cuidados, embora os homens tenham reduzido a distância. Isto é um problema particular, anotam os autores do estudo, pois as mulheres são a maioria nos que têm títulos de educação superior numa sociedade onde cada vez mais profissões os exigem. Se não lhes é mais facilitado conciliar trabalho e família, a economia vai ressentir-se visivelmente da perda do trabalho e talento femininos, além do custo em rendimentos e perspetivas profissionais das próprias mulheres.

Com este panorama, é curioso ver entre os empregados que declaram sentir um meio laboral declaradamente hostil às suas responsabilidades de cuidadores, assim como entre os que abandonaram um emprego por esse motivo, a existência de mais homens do que mulheres. O aparente paradoxo talvez se explique porque dos homens não se espera tanto que se dediquem a cuidar de familiares e, conseqüentemente, deparam com menor compreensão e menos facilidades para conciliá-lo com o trabalho. De facto, o emprego a tempo parcial é uma solução maioritariamente feminina, nos Estados Unidos como na Europa.

O estudo destaca os prejuízos que causa o não acomodar as condições de trabalho às responsabilidades familiares de tantos empregados. Baixa a produtividade, não só pelos atrasos ou pelas ausências: também pelo cansaço e pela preocupação. Mas os empresários, em geral – advertem Fuller e Raman –, não estão plenamente conscientes do problema.

Quando se pergunta se as dificuldades para conciliar trabalho e cuidados familiares prejudicam o rendimento, concordam 80 % dos empregados e apenas 24 % dos empregadores. As empresas, salienta o estudo, subestimam os custos diretos e indiretos da deficiente conciliação, como os que derivam da maior rotação de pessoal, que exige gastar na busca e formação de substitutos.

Quando se considera a aplicação de remédios, as empresas não acertam muito. Para reter empregados com parentes adultos necessitados de atenção, as soluções que mais oferecem são horário flexível e, em segundo lugar, ausências temporárias sem remuneração. Mas não são as preferidas dos empregados, que de facto as usam pouco. Aqueles que deixaram o emprego adiantam sobretudo estas duas razões: não tinham dinheiro para contratar cuidadores, e não conseguiam encontrar cuidadores preparados e de confiança. Por outro lado, menos de 10 % das empresas oferecem ajuda para pagar cuidadores ou para encontrá-los.

Tendo em conta esses contrastes, Fuller e Raman fazem recomendações às empresas. Primeiro, deveriam conhecer e avaliar as responsabilidades dos seus empregados neste âmbito, para conseguir soluções adequadas à situação real. Em segundo lugar, as medidas de conciliação devem ser política oficial da empresa, de modo que esteja expressamente reconhecido como algo normal que os trabalhadores tenham tais necessidades. Com isso, consegue-se que ninguém receie ser mal visto se pedir soluções de conciliação. De outro modo, os empregados com problemas tenderão a resolver as coisas como puderem, com desgaste para eles e perda de produtividade para a empresa.

R. S.

Masculinidade não tóxica

A American Psychological Association (APA) publicou um guia para a terapia com homens e rapazes, onde os traços típicos da “masculinidade tradicional” são qualificados como prejudiciais. Tais diretrizes provocaram críticas por parte de profissionais que as consideram de conteúdo ideológico e sem base científica.

O documento da APA subscreve a teoria de género (ideologia de género, para os seus críticos) que considera as diferenças entre os sexos como criações culturais. Também se junta à ideia de que os modelos de homem que imperavam no passado são discriminadores e opressivos.

Estas correntes difundem-se numa época de profundas mudanças sociais em torno dos papéis feminino e masculino. Muitos homens sentem-se inseguros e deslocados num ambiente que coloca sob suspeita a sua mentalidade e as suas atitudes. Alguns autores, como [Jordan Peterson](#), [Camille Paglia](#) ou [Christina Hoff Sommers](#) denunciaram isto, que consideram ser um preconceito contra os homens.

Amostra deste fenómeno é a polémica provocada pela nova [campanha publicitária da Gillette](#), centrada numa mensagem contra a “masculinidade tóxica”. Junto com reações favoráveis, suscitou críticas dos que a consideraram uma generalização injusta que difunde uma visão negativa dos homens.

A esta situação se refere a psicanalista norte-americana [Erica Komisar no “The Wall Street Journal”](#) (16.1.2019), a propósito do novo guia da APA. Na sua profissão, afirma, “observei um aumento de casos de depressão entre homens jovens que se sentem humilhados numa sociedade hostil à masculinidade”.

As diretrizes da APA “demonizam a masculinidade, não reconhecem os seus aspetos positivos”. No guia lê-se: “A masculinidade tradicional – de estoicismo, competitividade, domínio e agressividade – é, no conjunto, prejudicial”. É, acrescenta, a causa da opressão e dos abusos que sofrem as mulheres.

É nesses pressupostos, que o guia baseia orientações que são, na opinião de Komisar, teses ideológicas transformadas em recomendações terapêuticas. Em concreto, a APA diz que os psicólogos têm de ajudar os homens que acorrem às consultas a “tomar consciência dos sistemas que assumem ser a expressão da heterossexualidade masculina a norma”, assim como do dano que causam. Além disso, devem levá-los a “desenvolver atitudes e comportamentos igualitários relativamente ao género”. Isso parece-se, anota o médico e psicólogo [Leonard Sax](#), no seu [comentário ao guia](#), com as “terapias de conversão”, condenadas pela APA, para corrigir a homossexualidade. Em todo o caso, o documento não expõe nenhuma prova clínica da eficácia do tratamento que propõe.

Muito menos alude à base biológica dos traços masculinos. “A primeira das novas diretrizes da APA”, salienta Komisar, “insta os psicólogos a ‘reconhecer que os modelos masculinos são construídos com base em normas sociais, culturais e de contexto’, como se a biologia não tivesse nada a ver com o assunto”. O mesmo reparo avança Sax, e remete para os estudos que falam também de características como maior agressividade, mais disposição para correr riscos ou instinto protetor nos machos de outras espécies. O guia nunca aplica os termos *inato* ou *natural* a tais traços nos humanos, e pelo contrário – observa Sax – “menciona *transexual* 60 vezes!”.

Komisar recorda as peculiaridades hormonais que estão sob as tendências masculinas comuns. Os homens segregam mais testosterona, que favorece a agressividade e a competitividade; e mais hormona antidiurética, cujo efeito no cérebro inclina para dirigir a agressividade na proteção das pessoas queridas. Igualmente traços femininos, como a inclinação para cuidar dos outros – dos filhos, em especial – ou a sensibilidade emocional, estão relacionados com as hormonas. As mulheres têm mais oxitocina do que os homens e, além disso, esta substância afeta a elas e a eles de modo diverso, como se comprova quando um casal tem um filho (ver “Aceprensa”, 14.5.2018: “[La ciencia descubre la paternidad](#)”). A oxitocina inclina as mulheres a serem mais sensíveis e empáticas, e os homens a serem um estímulo para a criança e fomentarem nela a resiliência.

“Estas diferenças entre homens e mulheres”, diz Komisar, “complementam-se, e o casal pode criar e estimular os filhos”. A psicanalista anota que observa-se certa depreciação dos traços maternos, que recai sobre as mulheres que optam por deixar o trabalho para se dedicarem aos seus filhos pequenos.

Claro que as tendências humanas não determinam o comportamento, e têm de ser cultivadas para que não se desviem. É o que refere Komisar: “Evidentemente, levado ao extremo, o culto da virilidade pode ser prejudicial. Ensinar os rapazes – ou as raparigas: para o caso, é a mesma coisa – que têm de ser sempre estoicos, guardarem os seus sentimentos para si e não mostrarem nunca fraqueza é uma receita segura para o transtorno mental. Mas também o é dizer aos rapazes que a agressividade, a competitividade e o instinto protetor são sintomas patológicos. Como o é dizer às raparigas que o seu desejo de criar filhos é vergonhoso”. Por último, “prejudicial não é a masculinidade nem a feminilidade, mas a depreciação dos homens masculinos e das mulheres femininas”.

“Erótica y materna”

“Erotica & materna”

Autor: Mariolina Ceriotti Migliarese
Rialp. Madrid (2018)
140 págs.

Mariolina Ceriotti Migliarese é neuropsiquiatra infantil e trabalha como psicoterapeuta para adultos e casais, assim como na formação de pais e professores. Tem, portanto, uma ampla experiência profissional que deu como fruto uma sólida bibliografia de divulgação sobre a família e as relações entre homem e mulher. Também é autora de “Maschi. Forza, eros, tenerezza” (“Masculino. Fuerza, eros, ternura” em castelhano), um livro que aborda a masculinidade e que é, digamos assim, paralelo ao da feminilidade que aqui se analisa.

Esta obra, primeira traduzida para castelhano desta neuropsiquiatra, é um inspirador e original ensaio que transcende as abordagens mais comuns sobre a feminilidade. A autora mostra como o materno e o erótico são expressões das duas almas da mulher, ambas igualmente importantes e complementares, que se expressam com diferente intensidade em diversos momentos da vida. Refere-se que, como se especifica no início destas páginas, o materno não implica somente a capacidade de gerar, do mesmo modo que o erótico não faz referência unicamente à sexualidade.

A parte erótica inclui o relacionado com desejo, autonomia, respeito por si mesma e capacidade de manter uma boa base narcisista, o que implica poder escolher e implementar proje-

tos próprios, gostar dos outros e de si própria, o prazer de se cuidar, saber proteger-se e estabelecer as justas distâncias com os outros para tutelar os espaços necessários ao próprio equilíbrio. A parte maternal relaciona-se com aceitar e cuidar das relações sem se sentir esmagada pelos vínculos nem pela generosidade que exigem. Inclui como cuidar dos outros, a sensibilidade da mulher perante a necessidade, a sua criatividade para derramar afeto nas pessoas que ama, etc.

Uma vivência desequilibrada da parte erótica pode derivar em egocentrismo, vaidade e autorreferencialidade infantil, enquanto a vivência desequilibrada da parte materna pode traduzir-se em atitudes destrutivas, como a necessidade de controlar os outros, a chantagem emocional, a frustração, a culpa...

Estas duas dimensões, erótica e materna, são necessárias e nenhuma delas basta por si só para dar plenitude à mulher. O desafio, segundo explica a autora, é encontrar progressivamente o equilíbrio entre ambas, de modo a modularem-se e modere cada uma os matizes negativos que possa ter.

Interessante a forma da autora descrever como as duas dimensões podem desvirtuar-se hoje ou se desvirtuaram no passado. Essencial é o capítulo das etapas na vida de uma menina até ser adulta (infância, pré-adolescência, adolescência e juventude), e o papel da mãe nelas (nem sempre de modo acertado), assim como a abordagem da linguagem do sexo, das relações de amizade entre mulheres ou da inveja.

Tanto pela sua profundidade como pela riqueza de matizes e aspetos que trata, o texto de Ceriotti Migliarese exige uma certa pausa na leitura, regressar por vezes ao que foi lido e repensá-lo. É uma obra de grande utilidade para entender(se) melhor e pode-nos ajudar na nossa vida familiar e social.

A. P.

